

Requisição civil: o pior ainda está para vir

Enfermeiros preparam novo protesto, 'imune' a serviços mínimos ou imposições do Governo: faltar ao trabalho e bloquear hospitais

A greve dos enfermeiros só vai parar temporariamente enquanto durar a requisição civil. Nas redes sociais está já a ser discutida a retaliação ao Governo, desta vez sem possibilidade de decretar serviços mínimos ou impor o regresso ao trabalho. O plano é aproveitar os cinco dias consecutivos, ou dez alternados, que a lei permite que possam faltar sem justificação para paralisar os serviços. Especialistas em direito administrativo garantem que não há como o impedir.

Ainda sem pormenores sobre que enfermeiros, em que número e quais os serviços a bloquear, a estratégia consiste em utilizar um direito dos trabalhadores contra o próprio Estado. A lei permite anualmente cinco faltas seguidas ou dez intercaladas sem justificação formal — alegando uma reunião na escola do filho, uma indisposição ou uma avaria no carro, por exemplo — e os enfermeiros planeiam utilizar esses dias para faltas 'cirúrgicas' que impeçam a normal prestação de cuidados. Basta a ausência de um numa equipa de cirurgia para que a intervenção fique por realizar.

As faltas ao trabalho, mesmo que concertadas por um número elevado de enfermeiros, não são uma greve e, como tal, não são suscetíveis à imposição de serviços mínimos nem permitem a requisição civil — que na enfermagem não era

decretada desde 1976, quando a contestação da classe encerrou o Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Ou seja, não haverá forma de travar o protesto.

"As instituições não terão como se preparar. Organizadas em teia, as faltas podem levantar suspeitas, mas o processo [para o provar] é tão burocrático que é impossível agir em tempo útil", garante Dantas Rodrigues, especialista em Direito Administrativo. Opinião semelhante tem Henrique Salinas: "O problema será sempre a prova e a carga burocrática é gigantesca. Os enfermeiros obtêm o resultado que pretendem e não sei como é que, neste caso, o Governo os vai buscar a casa. Será dramático", alerta.

A estratégia foi inicialmente pensada durante o protesto de zelo dos enfermeiros parteiros em 2017 e foi recuperada nos últimos dias nas redes sociais — onde nasceram os maiores protestos da enfermagem, a greve cirúrgica e o boicote nos blocos de partos — assim que surgiram os primeiros sinais de que a requisição civil poderia avançar. A Associação Sindical dos Enfermeiros Portugueses (ASEP) e o Sindicato Democrático dos Enfermeiros (Sindep), que convocaram a greve cirúrgica, e a própria Ordem já receberam várias comunicações informais de que as faltas ao trabalho podem mesmo ser o próximo passo logo que termine a requisição civil imposta, para já, até ao final do mês em sete hospitais — Centro Hospitalar Universitário de São João, Centro Hospitalar Universitário do Porto, Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga e Centro Hospitalar de Tondela-Viseu.

A acusação de incumprimento dos serviços mínimos é vista pelos sindicatos como um argumento preparado pelo Governo para justificar o fim da paralisação e já mereceu uma queixa na Procuradoria-Geral da República por boicote à greve. Em causa está o que dizem ser uma interpretação abusiva do Ministério da Saúde sobre os serviços indispensáveis. Os únicos números revelados até agora pela ministra Marta Temido — que os hospitais se recusaram a dar ao Expresso — indicam apenas que nos dois primeiros dias de greve foram canceladas 645 cirurgias, 57% do total agendado, sem precisar quantas em oncologia ou pediatria.

Os relatos de operações adiadas a doentes com cancro, por exemplo, têm-se sucedido. Um médico colocou até no Facebook o relato do caso de uma doente sua, com 76 anos, que estava internada para uma operação a um cancro do cólon e teve de ir para casa aguardar por uma nova data.

As denúncias não demovem os sindicatos, que garantem que os cancelamentos foram "armadilhados", com a marcação para o mesmo dia de vários doentes que já estavam no limite do prazo máximo para serem operados. Ou seja, mesmo que não houvesse greve, seria impossível realizar todas as cirurgias no tempo previsto. Por isso, alegam, a responsabilidade pelo incumprimento dos prazos não lhes pode ser atribuída e, como tal, a requisição civil é ilegal. O advogado do Sindep, Garcia Pereira, interpôs já um procedimento cautelar, uma intimação para proteção de direitos (no caso, à greve) no Supremo Tribunal Administrativo. A diligência não suspende a requisição dos profissionais, mas obriga o juiz a pronunciar-se sobre a legalidade da medida do Governo, no prazo máximo de 14 dias.

VERA LÚCIA ARREIGOSO
varreigoso@expresso.imprensa.pt

Ex-bastónários dividem-se sobre braço de ferro

Marinho e Pinto e Rogério Alves, ex-bastónários da Ordem dos Advogados (OA), têm posições opostas sobre o braço de ferro entre António Costa e a bastonária dos enfermeiros, Ana Rita Cavaco. "O primeiro-ministro e a ministra da Saúde têm toda a razão. A Ordem dos Enfermeiros está a portar-se como um sindicato, o que lamenta", diz o atual eurodeputado, lembrando que a uma ordem profissional estão legalmente vedadas condutas e comportamentos de natureza sindical. Marinho e Pinto recorda-se de que no seu mandato à frente da OA houve um movimento de advogados que queria levar a cabo uma greve às defesas oficiais. "Até tinham razão, mas opus-me já que a paralisação iria causar prejuízos aos cidadãos." E defende: "Uma ordem deve defender a credibilidade pública e não o economicismo das reivindicações sindicais." Em sentido contrário, Rogério Alves entende que o Governo está a baralhar o plano político com o jurídico ao ameaçar a Ordem dos Enfermeiros com uma queixa na Justiça. "Não encontro fórmula jurídica que ponha em causa a posição da senhora bastonária." O advogado é perentório: a Ordem dos Enfermeiros "não extravasou" as suas competências legais. "A greve foi convocada pelos sindicatos e a Ordem tem tido uma posição pública de compreensão e solidariedade para com os enfermeiros." H.F.